

1 **1. MEMORIA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **GERENCIAMENTO COSTEIRO DO PARANÁ (CTGERCO).**
3
4

5 Realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte. Havendo número
6 regimental, a Sra. Secretária Executiva Rosana Bara Castella declarou aberta a
7 reunião. Iniciou explicando que não há necessidade de quórum, conforme
8 regimento. Acatou a sugestão da Dra. Priscila que cada um se apresente, uma vez
9 que nem todos são da CT Gerco, por ter os representantes de forma muito
10 específica na lei. A apresentação começou pela Sra. Rosana Castella, Secretária
11 Executiva do Colit e coordenadora do Gerenciamento Costeiro, prosseguiu citando
12 a presença dos demais participantes, senhores Caio, Dailey, Daniel, Daniela
13 Tortatto suplente do Scroccaro, Larissiane representando o João Bastita, todas da
14 Câmara Técnica; o Castella como ouvinte na Espanha, a Luciê, e o Carlos Storn
15 que não se encontrou presente na reunião. Citou os convidados, senhores Fabrício,
16 acompanhando o PDS, o Neto responsável por alguns acompanhamentos também
17 do PDS, e o Eduardo Vedor presente para auxiliar na reunião. A Dra. Priscila
18 questionou sobre os membros da área de gerenciamento costeiro e alguém efetivo
19 do quadro, tendo o IAT que manter uma indicação com direito a voz e voto para
20 que as reuniões não sejam cometidas de nulidade. A Sra. Rosana se comprometeu
21 em enviar ofício ao Sr. Everton, Presidente do IAT, para ter a indicação de um
22 titular e suplente do órgão. Tem-se início à reunião, sendo realizada a chamada
23 pela Dra. Priscilla: Ana Beatriz Araújo, presente; Caio Pamplona, presente; Ney,
24 da gravação da Secretária, presente; Dailey Fischer, presente; Daniel Telles/UFPR,
25 presente; Danielle Tortatto/IAT, suplente, presente; Eduardo Vedor de
26 Paula/UFPR, presente; Fabrício Miagima, convidado, presente; Girlene Maria
27 Pazine Jacob/SEDEST, ouvinte, presente; José Luiz Scroccaro, presente;
28 Juliana/Porto de Paranaguá, ouvinte, presente; Paulo Castella, ouvinte da Espanha,
29 presente; Priscilla Cavalcante/Ministério Público, convidado, presente; Rosana
30 Castella, presente; Rosângela/IAP Paranaguá, presente; Luciê, presente. Entrando
31 na pauta da reunião, o Sr. Daniel explicou que essa reunião foi deferida na quarta

32 reunião ordinária do dia seis de março para atender ao Plano Plurianual do Estado
33 do Paraná sobre a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Faz
34 uma rápida contextualização e abre-se para colaboração técnica de pessoas com
35 expertise em monitoramento que tenham interesse em agregar, visto que este tema
36 ‘monitoramento’ é um tema em aberto sob muitos aspectos. A Sra. Juliana usou a
37 palavra, contribuindo com o tema, colocando que o Porto vem monitorando por
38 causa do licenciamento ambiental decorrente do Ibama, que tudo que é feito é o
39 Ibama que determina, e possuem a expectativa de fazer uma revisão da
40 metodologia e integrar o monitoramento com outros empreendimentos como CCP,
41 Fospar e a Catallini, informando que o Ibama possui um sistema chamado
42 Datasymbium. Destacou que os dados do Porto são públicos, porém não tem uma
43 base para disponibilizá-los, mas se solicitados são disponibilizados. O Dr. Eduardo
44 Vedor fez uso da palavra, parabenizou o Sr. Daniel pela atuação no CT Gerco e
45 também pela coordenação técnica no Ministério Público, além da representação na
46 academia em cenário nacional; enfatizou da satisfação em ver que os três temas
47 chaves, setorização, governança e monitoramento, constam como proposta para o
48 desenvolvimento no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; ressaltou que pela
49 primeira vez vai se retomar a agenda do Mar e Costa e registrou que é um bom
50 exemplo para se discutir, já que antes eram três Conselhos e agora se tem um único
51 Conselho, gerando visão de território e não de limites de unidades de conservação;
52 citou também que o antigo Colit tinha um desvio de função de Conselho, sendo
53 pauta importante para ser estruturada bem como os planos municipais estão em
54 desenvolvimento e tratam dos Conselhos e Fundos Municipais de Meio Ambiente;
55 fez menção ao PDS, que na página quatrocentos e oitenta tem um projeto
56 codificado como FL08, sendo o título do projeto Sistema de Inteligência de
57 Monitoramento do Litoral e o décimo mais votado nas oficinas participativas;
58 concordou que é um plano estadual muito mais focado em ações do que em
59 levantamento de dados. O Sr. Scroccaro fez uso da palavra, colocando que o
60 extinto Águas Paraná tem todo um arcabouço de monitoramento em bacia
61 hidrográfica, deixando à disposição à Gerência de Monitoramento e Fiscalização
62 por possuir expertise para fazer o monitoramento bem como o Simepar por

63 também ter expertise de longo tempo; registrou que o IAT trabalha com o Sistema
64 Nacional de Recursos Hídricos e armazena todas as informações em nível da ANA;
65 salientou que se deve utilizar todos os itens que tratem de monitoramento de anos
66 anteriores e elaborar o Termo de Referência para minimizar os custos; destacou
67 que existem muitos estudos, muitos planos, muitos projetos que se deve levar em
68 consideração para elaboração do plano; e convidou a Cristine por ter experiência
69 de longa data em monitoramento no litoral do Paraná. O Sr. Daniel solicitou à
70 Rosana e ao pessoal da Sedest que tomem frente da articulação com reuniões
71 específicas junto aos órgãos citados. O Sr. Scroccaro pediu a palavra novamente
72 para comunicar que foi criada uma Sala de Crise do Estado do Paraná para tratar
73 da estiagem que está ocorrendo no Paraná. Citou que serão envolvidos todos os
74 Comitês de Bacia, o Fórum Estadual de Comitê de Bacia, as instituições ligadas
75 para minimizar o impacto e que, segundo o Simepar, as previsões não são nada
76 boas, tendo previsão de estiagem de noventa a cento e vinte dias ainda. O Sr. Caio
77 fez uso da palavra, colocando que uma questão importante é a ocupação das ilhas
78 e que achou interessante a técnica de sobreposição de camadas de limitações e
79 restrições legais, mapas de intensidade nas ocupações; destacou ser interessante
80 ter um banco de dados, um conjunto de camadas importantes e que se consiga usar
81 as mesmas camadas para se fazer as análises e estabelecer prioridades, e também,
82 quando for estabelecer o Plano de Monitoramento, se utilize informações geradas,
83 como, por exemplo, elementos das bacias hidrográficas; pediu também que seja
84 utilizado os dados da Copel, casando com a ampliação da rede elétrica com mapa
85 de restrições legais; finalizou dizendo que em parceria com a SPU e provavelmente
86 em parceria com a Federal do Paraná será realizado um projeto de cadastramento
87 da população tradicionais nas Ilhas do Superagui e nas Ilhas das Peças. O Sr.
88 Daniel colocou que o mapa mencionado pelo Sr. Caio está em posse do Prof.
89 Eduardo ao qual solicitou a demonstração. Atendendo à solicitação, o Prof.
90 Eduardo compartilhou o mapa, considerando que essas foram as bases para gerar
91 restrições, tendo desde terreno de marinha, unidades de conservação e terras
92 indígenas e as restrições legais no âmbito da lei da Mata Atlântica e do Código
93 Florestal e áreas úmidas, e os tombamentos; colocou que a Ilha de Superagui e a

94 Serra do Mar são bens tomados pelo Patrimônio Estadual; citou que iniciaram a
95 produção do mapa para o território do município de Paranaguá, no âmbito do
96 licenciamento do TCP. O Sr. Daniel solicitou que o Prof. Eduardo compartilhe
97 uma produção bibliográfica recente que diz respeito ao tema, e informou os
98 elementos que serão requisitos no grupo de trabalho, sendo referências
99 bibliográficas, expertise institucionais, produto e protocolo existentes. A Sra.
100 Priscilla fez uso da palavra, solicitando clareza nos produtos que serão gerados,
101 ressaltando que o plano da bacia foi uma *case* interessante, e ainda solicita que seja
102 traçado um planejamento de onde se quer chegar e quais serão as etapas; citou que
103 o Mar e Costa foi um grande embrião de como pode ser este plano, porém o plano
104 de bacia, o PDS e o ZE não avançaram sobre a questão marinha, sugeriu que o Mar
105 e Costa pode ser um ponto de partida para a atualização; finalizou dizendo que o
106 sistema Datasimbiuns é muito interessante e poderia ser agregado.- Todos os
107 inscritos fizeram uso da palavra, sendo aberta nova rodada aos demais
108 participantes, tendo usado a palavra: o Sr. Evandro, que concorda que se tem muita
109 informação, mas se tem muita dificuldade em implementá-las, que falta gestão
110 pública e processo contínuo; a Sra. Dailey, que destaca a dificuldade da coleta de
111 dados no litoral; a Sra. Luciê, que reforça o projeto de regularização fundiária bem
112 como os problemas de gestão. O Sr. Daniel encaminhou futuras ações para o CT,
113 colocando a preocupação com prazo e composição de pessoal com expertise e
114 comprometimento. Abriu-se novas inscrições, fazendo uso da palavra a Sra.
115 Larissiane que pontuou a questão do prazo até pela pandemia e pelo calendário
116 eleitoral e a preocupação do recurso ser remanejado, conforme a necessidade de
117 outras políticas setoriais; o Sr. Evandro que destacou como positivo a dilação de
118 prazo e sugeriu a formação de Consórcio para obtenção de recurso; a Sra. Priscila
119 que informou que o Ministério Público entrou com duas ações contra o desvio do
120 ICMS Ecológico para regiões que nem têm unidade de conservação, sugeriu fazer
121 pesquisa de valores junto às cidades como o Rio de Janeiro, Santa Catarina e São
122 Paulo para se ter um provisionamento da fonte de recursos no Estado do Paraná,
123 questionou ao Fabrício se junto à Seplan há possibilidade de conseguir uma linha
124 de crédito internacional através do programa multilateral, e ressaltou a importância

125 de se assegurar que o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro entre na agenda
126 do Governo; o Sr. Fabrício, que destacou que as fontes de recursos podem vir, além
127 do Tesouro Direto, tem a possibilidade de financiamentos internacionais através
128 do BID, BIRD, Jica e ainda colocou uma terceira fonte de recurso como sendo a
129 de multas e acordos judiciais, desde que acordadas; colocou a importância em
130 seguir orientações do Decreto Estadual n.º 4993/16 para a construção do Termo de
131 Referência; a Sra. Dailey, que encaminhou pela não postergação do prazo tendo
132 ainda dois meses, data final 19 de junho, e ressaltou que as reuniões virtuais têm
133 sido eficientes; o Sr. Paulo Castella concordou com os demais quanto ao
134 financiamento para obtenção de recursos e quanto à elaboração do Termo de
135 Referências e se colocou à disposição do CT; a Sra. Larissiane pediu desculpas ao
136 Sr. Evandro dizendo que o sinal de cabeça não foi uma discordância ao que ele
137 estava falando, pontou a questão do calendário eleitoral, que não dá para contar
138 com essa postergação da eleição e ainda salientou que o ICMS, por conta da
139 pandemia, será muito afetado, e a importância do levantamento do valor
140 necessário, caso se opte pela linha de financiamento; a Sra. Rosana, que concordou
141 que o provisionamento tem que ser feito e que se deve buscar outras fontes de
142 recursos disponíveis, ressaltou estarem preparados para a gestão e planejamento
143 do GT. O Sr. Daniel finalizou a reunião, pedindo a formação do CT, recebendo
144 indicações dos nomes do Sr. Fabrício, Cristine, Rosana, Dailey e deixando em
145 aberto para novos nomes; informou que os próximos encaminhamentos serão
146 referentes aos documentos de base, ao Mar e Costa, ao Decreto Estadual 4993/16,
147 à produção científica recente, à expertise técnica do Simepar, Águas Paraná,
148 Operação Verão e outros; destacou que o encaminhamento quatro será uma
149 apresentação e brevemente será repassado ao grupo de trabalho. Ninguém mais
150 desejando fazer uso da palavra, declarou encerrada a presente reunião.